

Não à redução orçamentária do FDNE: AFBNB reforça cobrança por ações de desenvolvimento no Nordeste

No último dia 26 de novembro, os governadores do Nordeste divulgaram uma carta dirigida ao Governo Federal na qual manifestam seu posicionamento diante da proposta da União de condicionar o ajuste fiscal dos estados à partilha de parte dos recursos das multas do programa de regularização de ativos não declarados à Receita Federal, conhecido como Lei da Repatriação. Na carta, os governadores afirmam “concordar com o compromisso com o equilíbrio fiscal nos estados” mas deixam claro “todo o conjunto de esforços que já vem sendo realizado pelos Governos Estaduais”.

A AFBNB é contrária às medidas anunciadas e adotadas pelo Governo Federal por entender que são equivocadas e colocam sobre o trabalhador o ônus de equilibrar as contas públicas, enquanto outros caminhos viáveis e possíveis não são considerados, como a taxação das grandes fortunas, o Imposto de Renda progressivo, dentre outros.

No entanto, a Associação se soma aos governadores na cobrança quanto à necessidade de andamento célere a projetos que contribuem e podem alavancar o desenvolvimento do Nordeste e, consequentemente, do Brasil.

Na carta, os governadores cobram ações de convivência com a seca e a retomada da Transposição do Rio São Francisco e demais obras hídricas; a retomada das obras da Transnordestina e de outras obras de infraestrutura; a liberação de empréstimos; a liberação dos recursos do fundo penitenciário e ações de segurança pública;

o fortalecimento do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE); a apresentação de alternativas para o subfinanciamento do SUS e o enfrentamento das arboviroses; e a priorização da Região Nordeste no programa de concessões e novos leilões da ANP.

Sobretudo na atual crise hídrica pela qual passam os estados nordestinos, mais do que nunca é imprescindível o aporte de recursos da União e dos Estados em políticas e programas que estimulem o desenvolvimento e a geração de emprego. No entanto, ao observarmos a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2017 o que vemos é a redução de mais de 76% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), cujos recursos saíram de R\$ 2 bilhões e 22 milhões em 2016 para pouco mais de R\$ 480 milhões.

Não se pode admitir a redução de recursos para a região que ainda hoje sofre com as desigualdades de oferta e acesso a políticas públicas cometidas ao longo dos anos! Por isso, a Associação se soma à reivindicação dos governadores do Nordeste e cobra investimentos para o desenvolvimento.

**Por um Nordeste melhor!
Por recursos e incentivos ao
desenvolvimento regional!
A AFBNB ao lado dos trabalhadores**



AFBNB pauta com deputados federais questões regionais e do BNB



Entre os últimos dias 29 de novembro e 1º de dezembro, a AFBNB realizou mais uma Agenda Institucional em Brasília (DF). À capital federal, a presidenta da Associação, Rita Josina, os diretores Alci de Jesus e José Frota de Medeiros e os conselheiros fiscais José do Egito e José Carlos Aragão Cabral levaram pautas como projetos de lei que impactam no FNE e Banco do Nordeste do Brasil e discussão de projetos na Comissão de Legislação Participativa – CLP. Durante o período, houve participação da AFBNB nos atos desfavoráveis a projetos que atentam contra o Brasil e a luta dos trabalhadores - como a PEC 55 e o PLP 268.

Os diretores e conselheiros reuniram-se com o deputado Júlio César (PSD-PI) para dialogar sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2017) e o apoio à emenda parlamentar de autoria do deputado que suplementa recursos destinados para aos Fundos de Desenvolvimento, incluso o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Outro ponto discutido por eles e o político foi a distribuição das receitas proveniente dos recursos objeto da repatriação, na medida que a distribuição para os Fundos Constitucionais, como o FNE, não é aquinhoadada.

A entidade apresentou ao deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) o projeto do seminário "Desenvolvimento Regional, uma prioridade nacional", previsto para acontecer em agosto de 2017, no Congresso Nacional - o evento comporá a programação da 52ª Reunião do Conselho de Representantes da entidade (52ª RCR), da qual participam representantes de todos os estados do Nordeste, além do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ainda com o parlamentar, presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), foram retomados assuntos como a necessidade de audiência pública com foco nas prerrogativas constitucionais da região Nordeste.

Para a AFBNB, as reuniões, além de importantes, reforçam a necessidade de acompanhamento contínuo do que ocorre na capital federal, a importância da articulação com os parlamentares e, em especial, a ação coletiva com as entidades de trabalhadores que pautam os congressistas e o Governo Federal diante de ameaças aos interesses da região, ao FNE, ao Banco e seus funcionários.

